



GEOGRAFIA ELEITORAL: UMA REVISÃO E POSSÍVEIS CAMINHOS *ELECTORAL GEOGRAPHY: A REVIEW AND POSSIBLE WAYS*

Ricardo Borges da Cunha¹, César Augusto Ávila Martins²

RESUMO

O artigo apresenta alguns dos caminhos da Geografia Eleitoral compreendida através da Geografia Política, como um campo de análise geográfica das eleições, sua evolução e aponta possibilidades e desafios. O significado está na afirmação dos processos eleitorais como uma das formas de organização política como objeto de investigação de ciências como o Direito, a Sociologia e as Ciências Políticas. As eleições como resultado de disputas entre determinados projetos, tem a função de eleger representantes para conduzir as instituições políticas. A perspectiva esta coadunada com o entendimento que as eleições são um dos momentos de manifestação de poder com diferentes graus de visibilidade, com determinados regramentos e em cada conjuntura. Metodologicamente, o texto faz uma revisão de algumas das propostas da Geografia Eleitoral, que são baseadas, sobretudo, na apresentação dos resultados eleitorais ao longo tempo e que tendem ao encerramento de sua abordagem ao final de cada pleito. Entre os autores selecionados fica claro o crescimento do campo geográfico com os métodos quantitativos, porém as abordagens não conectavam o processo eleitoral com a política praticada no perímetro envolvido deixando uma lacuna a ser completada. O texto advoga a adoção do modelo sistêmico, para compreender o pleito como um momento da vida política com a integração entre a fase que antecede as eleições, seus resultados e seus desdobramentos para a democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Processo eleitoral; metodologias; modelo sistêmico.

ABSTRACT

This paper aims at introducing not only some of the directions of Electoral Geography in the light of Political Geography, as a field of geographical analysis of elections, but also its evolution, possibilities and challenges. Meaning is found in electoral processes as one of the forms of political organization which has become the object of investigation of sciences, such as Law, Sociology and Political Sciences. Elections, as the result of dispute among certain projects, play the role of choosing representatives to lead political institutions. This perspective agrees with the fact that elections represent a moment of power manifestation at different levels of visibility, with certain rules in each situation. Regarding methodology, this text reviews some proposals of Electoral Geography which are mostly based on the presentation of electoral results over time and tend to end their process at the end of each dispute. Among the selected authors, it is clear the growth of the geographical field with the quantitative methods, but the approaches did not connect the electoral process with the politics practiced in the perimeter involved leaving a gap to be completed. The text defends the use of the systemic model so as to understand the dispute as a moment of political life with integration among the phase that precedes elections, its results and its consequences for democracy.

KEY-WORDS: Electoral process; Methodologies; Systemic model

Recebido em: 19/06/2015.

Aceito em: 15/03/2017.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS e-mail: ricardoborges85@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande/RS e-mail: cavilamartins@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A gênese e as transmutações da ciência geográfica desde a sua institucionalização no final do século XVIII e começo do século XIX com as elaborações pioneiras de Alexander Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859) e dos “fundadores” (SANTOS, 1990, p. 27) como Friedrich Ratzel (1844-1904) e Paul Vidal de la Blache (1845-1918), tiveram entre as suas marcas, diálogos com distintos campos de investigação consolidados e em construção que constituíam ou iriam constituir disciplinas sistematizadas que descreviam e analisavam formas, processos e dinâmicas naturais e sociais ao longo do tempo e em diferentes escalas.

Em sua trajetória acadêmica e política, os estudos geográficos sobre as dinâmicas sociais, circunscritos na denominação de Geografia Humana construíram e delimitaram campos e limiares que em suas interpenetrações e recortes dialogaram, com outras Ciências Humanas como, por exemplo, Filosofia, História, Economia, Antropologia, Ciência Política e Sociologia (DORTIER, 2010). Os diálogos e as proposições foram e são reconhecidos como especialidades da ciência geográfica, como a Geografia Histórica, a Geografia Econômica, a Geografia Cultural e Geografia Política (MATHEUS & HERBERT, 2008, p. 64).

Na Geografia Política, o centro das análises está no diálogo com a teoria política (SMITH, 1996) no caminho de uma Geografia Política como leitura da Geografia Humana (JONES, 2012, p. 7; DÉBIE, 1998, p. 49-53) para entender as diferentes formas e conteúdo das distintas organizações sociais, analisando as relações, os comportamentos e a busca por generalizações e especificidades.

Entre os temas dos estudos geográficos que dialogam com outras ciências estão os processos eleitorais, delimitados como Geografia Eleitoral. O desinteresse inicial dos geógrafos pelo tema, fez com que os sociólogos assumissem o papel de inserir o espaço na compreensão da eleição e de seus resultados. A falta de mapas ou ilustrações capazes de superar

a abordagem sociológica fez com a análise espacial das eleições desponte como tema frutífero na Geografia a partir dos anos 1960 (ROSIÈRIE, 2007). A adoção de sistemas democráticos no mundo após Segunda Guerra (1939-1945), principalmente nas ex-colônias, criou uma série histórica de dados que abriram caminho para diferentes ciências estudar esse processo político e social, inclusive a Geografia com a inserção do espaço com uma variável significativa em uma eleição.

O artigo tem como proposta exibir os caminhos utilizados pelos geógrafos para analisar os diferentes processos eleitorais a partir de variáveis espaciais, diferenciando das propostas de sociólogos e cientistas políticos. A compreensão das qualidades e limitações de cada abordagem auxilia na escolha de um caminho capaz de reconhecer o papel e as consequências espaciais em uma eleição.

O objeto central da Geografia Eleitoral são as eleições, consideradas inicialmente como “ato de eleger, escolher, por sufrágio, para ocupar um cargo, posto ou desempenhar determinada função” (HOUASSIS e VILLAR, 2001, p.1108). O texto apresenta uma síntese da formação da Geografia Eleitoral, bem como sua posição no cerne da Geografia Humana e da Geografia Política, com base em parte da literatura nacional e internacional produzida no campo disciplinar nas últimas décadas. Em um segundo momento, é apontada as distintas abordagens, apresentadas pelos autores selecionados, para as análises eleitorais pela Geografia e a busca de uma metodologia que consiga ampliar o entendimento dos processos políticos. Nos limites do trabalho não serão abordados os diferentes sistemas políticos e as variações entre eleições majoritárias e proporcionais, posto que as metodologias avaliadas abarcam as variações eleitorais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo é uma base para pesquisas que objetivam aproximar a leitura geográfica das sociedades em uma dada circunscrição com regras eleitorais definidas em determinadas

circunstâncias. Ou seja, parte-se das regras eleitorais definidas e aplicadas, evitando-se a discussão das vantagens e desvantagens das variadas formas de organização dos pleitos. A problematização de determinados regramentos pode ser realizada com maior acuidade a partir da coleta e análise dos dados das eleições. A potencialidade da proposição está na possibilidade de estabelecer padrões comuns para a análise do conjunto do processo em sociedades que adotam e conseguem manter a estabilidade do processo de escolha da representação política especialmente nos poderes executivos e legislativos.

Portanto, a base da pesquisa geográfica das eleições é a Geografia Política, em que o fundamento está na obra de Friederich Ratzel (1844- 1904) em especial a *Politische Geographie* de 1897 (VESENTINI, 2010). Entre os significados das proposições de F.Ratzel está a ligação e a superação da “*Völkerkunde y haber llegado a la Antropogeographie*”, como uma “*acabada expresión (...)de conceptos biológicos y ecológicos para la interpretación de hechos de geografía política*” (CAPEL, 2012, p. 259 e 268). Para Vesentini (2010), a Geografia Política definida por Ratzel teria como principal função o estudo dos fatores relacionados ao Estado em múltiplas escalas, influenciando e sendo influenciado na formação do território, bem como na vida da sociedade que nele vive.

A Geografia Eleitoral, assim como outras áreas da Geografia e demais ciências, possuem diferentes metodologias e abordagens que ora combinam e complementam-se ora se distinguem. O artigo apresenta algumas possibilidades metodológicas e os variados recortes de interesse desenvolvidos nos estudos geográficos das eleições, com uma exposição de algumas proposições retiradas de uma literatura selecionada sobre o tema. Ao discutir as formas de analisar os pleitos por um olhar geográfico, foi elaborado um percurso que apresenta semelhanças e divergências entre procedimentos e possíveis interações entre a análise eleitoral e a conjuntura política formada em decorrência dos resultados eleitorais.

A partir dos múltiplos desdobramentos da proposição originária, o texto busca sustentação nas obras de Sanguin (1981), Sendra (1981 e 1982), Sánchez (1992), Medus (1997 e 2005), Trigal e Pozo (1999), Taylor e Flint (2002) e Castro (2005) que sugerem diversos caminhos para a Geografia Eleitoral. Os autores elencados não esgotam os estudiosos do tema, porém foram escolhidos por abordarem diferentes possibilidades de estudos para a Geografia Eleitoral. Além disso, a bibliografia sobre a visão metodológica do tema apresenta uma escassa e lenta renovação, com trabalhos recente identificados como estudos de caso e não em análise metodológica, como se propõe o artigo.

3. UMA TRAJETÓRIA DA GEOGRAFIA ELEITORAL NA GEOGRAFIA POLÍTICA E SUAS ABORDAGENS

Dentre os diferentes temas estudados na Geografia Política estão às relações políticas entre os Estados, a formação e as tensões das fronteiras e distintas manifestações de poder dentro dos limites territoriais dos Estados. Além disso, são analisados os processos de formação e organização dos governos, estudos que dialogam com a Sociologia, as Ciências Políticas, a Psicologia e o Direito, e que buscam compreender os processos eleitorais em diferentes escalas. Cabe à abordagem geográfica, reconhecer e interpretar os aspectos espaciais como um fator atuante na escolha eleitoral. A Geografia Eleitoral em seu percurso atravessou e atravessa momentos de ascensão e decadência, com diferentes abordagens e metodologias, decorrentes principalmente devido à complexidade dos processos eleitorais.

Um caminho para o começo do estudo de um problema é a busca de parte do acúmulo produzido nos vários campos do conhecimento, sobre uma temática. A procura de definições e conceitos em dicionários das línguas formalizadas e temáticos é uma possibilidade para delimitação do tema. Assim, uma primeira definição de Geografia Eleitoral está em Small e Witherick (1992) intitulando-a como “*estudo dos aspectos espaciais da organização e dos resultados de uma eleição*” (p. 185). No Dicionario Akal de

Geografía Humana” a aceção é dos “estudos dos aspectos geográficos da organização, realização e resultados das eleições” (JOHNSTON et al, 2000, p. 268). Uma proposição semelhante é encontrada no “The Dictionary of Human Geography” (GREGORY, et al., 2009, p. 187-188), que acrescenta que as primeiras publicações são do início do século XX, mas com as principais obras da década de 1960. Na obra de Trigal e Pozo (1999), a Geografia Eleitoral é considerada como a análise das relações entre o espaço e os resultados das consultas populares, ramo específico da Geografia incluída no corpo da Geografia Política, como um elemento da Geografia Humana.

Na história do pensamento geográfico, a Geografia Eleitoral torna-se um centro de interesse dentro da Geografia Política, após a recuperação do campo político da Geografia, entre as décadas de sessenta e setenta do século XX: “son propuestas que surgen de una recuperación política de la geografía y de la geografía política como una herramienta para el análisis del poder y de las relaciones de poder de todas las escalas” (VALCARCEL, 2000, p.432). Para Valcarcel (2000), na Geografia Política, o Estado perde a hegemonia como centro das atenções e passa ser um marco institucional para as relações sociais nas diferentes escalas.

Antes de apresentar a contribuição dos autores selecionados é necessário retomar as primeiras obras sobre o assunto, posto que desde o seu surgimento, a Geografia Eleitoral apresenta diferentes interesses nas eleições e suas relações com o espaço. Adota-se a compreensão de Taylor e Flint (2002) de que as obras de André Siegfried (1913) e Carl Sauer (1918) são pioneiras na temática. O trabalho do geógrafo francês André Siegfried (1875-1959), publicado em 1913, *Tableau politique de la France de l'Ouest* é considerado como a primeira obra de Geografia Eleitoral. Em sua abordagem, o autor buscou uma correlação da distribuição dos votos com fatores espaciais e culturais, como o modo de povoamento (rural ou urbano) e a relação entre o clero e as comunidades, objetivando demonstrar como fatores disseminados no espaço podem

interferir no comportamento dos resultados eleitorais. No trabalho, Siegfried sobrepôs os mapas dos resultados das eleições (localização dos votos) com mapas temáticos, com as variáveis apontadas.

Em 1918, o geógrafo estadunidense Carl Sauer (1889-1975) fez um estudo intitulado *Geography and the gerrymander*, sobre a formação dos distritos eleitorais para os pleitos do congresso dos Estados Unidos da América (EUA). O autor demonstrou como os distritos poderiam ser organizados para que houvesse uma melhor representação do eleitorado dentro das instituições políticas, sem que ocorressem vantagens a um recorte territorial em detrimento a outros. As obras de Sauer (1918) e Siegfried (1913) permitem perceber uma dupla possibilidade de estudos para a Geografia Eleitoral: (1) a comparação entre distribuição dos votos e fatores socioeconômicos distribuídos no espaço que podem influenciar nos votos; (2) os estudos das formações dos distritos eleitorais e na distribuição dos cargos políticos mediante o número de eleitores. Ambas continuam sendo utilizadas, juntamente com novas propostas que surgiram com o aprofundamento da temática das eleições para a Geografia.

3.1 ALGUNS CAMINHOS PARA GEOGRAFIA ELEITORAL

Para iniciar a análise sobre as diferentes proposições sobre Geografia Eleitoral utilizou-se Sanguin (1981), que entende o voto como a resposta do cidadão para as políticas públicas nos diferentes níveis territoriais a partir de estímulos e processos do seu entorno. O autor considera que o eleitor constrói uma imagem daquilo que está ao seu redor e assim responde aos atos políticos. A Sociologia e a Psicologia destacaram-se com estudos sobre o comportamento eleitoral de grupos sociais e dos indivíduos. Porém, a ausência da compreensão dos sistemas espaciais e suas influências nas eleições, permitiram a inserção da Geografia no estudo dos processos eletivos.

O desenvolvimento de metodologias baseadas em análises quantitativas, como

técnicas de regressão múltipla, análise fatorial e de correlação possibilitaram um avanço para a compreensão eleitoral. As características demográficas, religiosas e econômicas foram consideradas como elementos que afetam o voto e possibilitaram concepções mais profundas das eleições, de seus resultados e desdobramentos:

Un primer tema de interés consiste en el estudio de las razones espaciales que inducen a tal o cual gobierno a escoger determinado método de voto y a trazar los límites de las circunscripciones electorales. El segundo punto consiste en descubrir cuáles son los factores que han contribuido al resultado final. Finalmente, la respuesta de los gobiernos a los resultados electorales permite calibrar el eventual impacto sobre el entorno de tal cual decisión postelectoral (SANGUIN, 1981, p. 110).

Os estudos das circunscrições eleitorais, segundo Sanguin (1981), teriam como objetivo a busca de uma forma de tornar os recortes espaciais igualitários, equalizando o peso do voto entre todos (cidadãos/eleitores) os envolvidos no pleito. Segundo o autor para produzir circunscrições eleitorais menos desiguais devem ser considerados quatro critérios: (1) o número de eleitores deve ser igual nas diferentes circunscrições; (2) os recortes devem ser contínuos; (3) os recortes devem ser homogêneos buscando responder aos diferentes interesses localizados; (4) “finalmente, adquirindo uma forma compacta concretarán todavía más los tres criterios precedentes” (p.116).

Sanguin (1981) ressalta as proposições de Busteded, com três enfoques possíveis para a Geografia Eleitoral, destacando seus procedimentos e fragilidades: enfoque estrutural, enfoque ecológico e enfoque behaviorista. O primeiro considera os marcos espaciais e a estrutura das votações, mas ignora os aspectos sociais e culturais envolvido nas disputas eleitorais. A perspectiva é considerada superficial e estática, com grande destaque a descrição sem levar em conta os processos externos envolvidos nos pleitos, como o contexto social, econômico e político do período eleitoral.

O enfoque ecológico busca uma relação entre os resultados eleitorais e as características socioeconômicas e demográficas dos recortes espaciais, envolvidos no pleito. Na abordagem, a sobreposição de mapas de votação e de dados pertinentes, possibilita conclusões sobre o comportamento constante na distribuição dos votos. Uma das ressalvas ao enfoque ecológico é a desconsideração das diferenças de comportamento de grupos similares dentro de um recorte espacial, buscando com isso uma homogeneização espacial e social.

Enquanto as duas metodologias possuem uma forte base em técnicas quantitativas. O enfoque behaviorista é uma reação aos enfoques que privilegiam a análise matemática, pois busca compreender como as informações que cada eleitor possui juntamente das que é submetido auxilia a construção da imagem de um partido ou candidato/político em cada eleição. O centro de interesse da abordagem é o eleitor. As respostas eleitorais dos grupos seriam explicadas pelo fluxo de informação que os indivíduos dentro de um mesmo grupo estariam submetidos, permitindo explicar determinadas concentrações de votos dentro de um amplo recorte espacial.

Para o autor

... la distribución espacial del voto puede expresarse por un modelo teórico donde aparecen sucesivamente los efectos de barrera, las resistencias, las estimulaciones, los flujos de información respecto al elector, etc. Todo enfoque que ponga de relieve la relación espacio-elección-elector, no solamente suministra a la geografía electoral un marco de estudio totalmente diferente de la ciencia política, sino que sitúa además el tema electoral en la corriente de la metodología de la ciencia geográfica (SANGUIN, 1981, p. 121).

Sendra (1981) destaca a renovação sofrida pela Geografia Eleitoral a partir do desenvolvimento da Geografia quantitativa: “... es a partir de mediados de los años 60 cuando, como en muchos otros temas geográficos, la Geografía electoral ha sufrido una total renovación metodológica y técnica...” (SENDRA,

1981, p. 285). Propondo que os avanços dos estudos eleitorais na Geografia a partir dos países anglo-saxões permitiram o reconhecimento sobre a contribuição geográfica para a compreensão dos processos eleitorais. Porém, mesmo com a renovação, o conhecimento ficou limitado pelo positivismo, ou seja, restringiu os estudos à busca de correlação direta dos fatores espaciais e a distribuição dos votos, sem levar em consideração as contradições e as diferenciações sociais e espaciais.

Para Sendra (1981) a abordagem behaviorista da Geografia Eleitoral, foi uma renovação teórica, com o objetivo de superar as abordagens mais elementares, superficiais e positivistas da Geografia quantitativa, no sentido que é derivada de uma “corrente da psicologia contemporânea que tende a restringir a Psicologia ao estudo do comportamento, eliminando qualquer referência à “consciência”, ao “espírito” e, em geral, ao que não pode ser observado e descrito em termos objetivos” (ABBAGNANO, 1998, p.68). Na Geografia Eleitoral, o behaviorismo aproxima-se do comportamento eleitoral tentando explicar os fatores que influenciam na decisão do voto de cada eleitor, criando a partir de um balanço de informações de cada indivíduo uma rede de fluxos de conhecimento das mais diferentes fontes.

O autor compreende que a Geografia deve determinar os fatores espaciais que influenciariam na carga de informação de cada indivíduo. Sendra (1981) destaca o trabalho de Cox (1969) que apresenta alguns componentes encontrados no espaço que teriam participação na rede de informações que influenciam o eleitor: (1º) a influência da estrutura social (efeito de grupo religioso, associações ou classe social); (2º) da maioria social (“efecto vecindario ”); (3º) efeito de amigos e vizinhos (informações de determinado candidato ou partido a partir das relações sociais próximas); (4º) o efeito do deslocamento de imigrantes; (5º) proteção local (temas que sejam de interesse em comum de categorias ou comunidades).

Em uma segunda obra, Sendra (1982), aborda a utilização da análise ecológica para a Geografia Eleitoral, como um método que busca a correlação direta entre o comportamento eleitoral e os dados socioeconômicos. O enfoque apresentou algumas evidências da ligação entre as variáveis correlacionadas, mas recebeu críticas devido à generalização dos votantes, sem ser levado em conta à individualidade dos eleitores. Fator que revela a complexidade existente em um processo que envolve uma decisão individual, o voto, e uma confirmação coletiva, a eleição pela maioria.

Na obra do geógrafo espanhol Joan-Eugeni Sánchez (1992), é destacada a procura constante da sociedade por formas de legitimar o poder político, para regular as relações sociais com realce para os processos de transmissão do poder político. O sistema eleitoral tem um papel fundamental, como forma de participação social na política governamental dentro de uma delimitação espacial. As propostas eleitas recebem o direito do controle político por determinado período, os quais são definidos por diferentes mecanismos que envolvem o Estado, as organizações partidárias e um entrelaçado sistema político e de escalas de poderes.

Na perspectiva de Sánchez (1992) o processo eleitoral é fragmentado em dois momentos de interesse analítico: o primeiro, antes do ato de votar, com destaque para as campanhas eleitorais, ressaltando a necessidade de uma especialização nos temas que antecedem a eleição e as intenções de votos. O segundo momento, é o período após as votações, com estudos sobre as interpretações dos resultados bem como a sua valorização com análises realizadas majoritariamente por sociólogos e cientistas políticos. Uma das proposições do autor é a inserção dos estudos sobre os fatores espaciais:

En general se le da a la geografía electoral un enfoque estructural, poniendo el énfasis en los procesos que inciden sobre los individuos. La decisión Del voto es el punto final de un proceso, resultado de las múltiples influencias que cada individuo recibe. Interpretar La capacidad de influencia de los factores externos socio-ambientales sobre

cada individuo, llevará a cuestionar cuál es la frontera entre el sociólogo y el geógrafo. Temas como la pertenencia de clase, la influencia de la religión, lo rural y lo urbano, el efecto vecindario o el desempleo, serán centros de interés en este aspecto, abriéndose un frente de competencia con la geografía social (SÁNCHEZ, 1992, p. 157).

Sánchez (1992) reconhece a Geografia Eleitoral a partir de duas possibilidades: a primeira, com a análise das influências dos fatores externos ou espaciais, na escolha de cada indivíduo durante o processo eleitoral. A participação de variáveis como a localização da população, a religião, a renda e o desemprego são diretamente ligados ao comportamento eleitoral. Uma segunda perspectiva é o estudo dos distritos eleitorais e as tendências políticas que dão personalidade social à circunscrição eleitoral. Ressaltando a abordagem do peso diferenciado do voto, devido às variações do número de votos exigidos para eleição ao mesmo cargo dentro de cada recorte espacial. Para exemplificar, Sánchez demonstra o caso das eleições espanholas para o Congresso dos Deputados no ano de 1987, em que a província de Sória, no norte da Espanha, elegeu um deputado para cada 34.071 habitantes e na província de Madri, localizada no centro do país, foi eleito um parlamentar para cada 148.249 habitantes. Para o autor, o voto apesar de ter um valor unitário quando observada tal situação, seu peso torna-se desproporcional entre as circunscrições eleitorais.

A geógrafa Norma Beatriz Medus (1997), estipulou cinco aéreas para os estudos de Geografia Eleitoral:

- a) la organización espacial de las elecciones, con especial referencia a la definición de circunscripciones;
- b) las variaciones espaciales en las pautas de voto, más las relaciones entre éstas y otras características poblacionales, en concreto la clase social;
- c) la influencia de los factores ambientales y espaciales en las decisiones sobre el voto;
- d) las estructuras espaciales de representación producidas al traducirse los votos en escaños en un parlamento u organismo similar;

e) las variaciones en el espacio del reparto de poder y de la implementación de las políticas que reflejan las pautas de representación (MEDUS, 1997, p. 19).

Para a autora, a maioria dos estudos descreve o comportamento eleitoral e os modelos de formação dos distritos eleitorais, ignorando nexos com outros campos de interpretação. Medus (1997) destaca que tradicionalmente os trabalhos de Geografia Eleitoral estavam centrados nos estudos dos eleitores, porém ocorreram mudanças que direcionaram as pesquisas para as diferentes formas de eleições e as diversas Geografias de apoio econômico, do poder dos partidos políticos e de determinados atores que podem influenciar e mesmo manipular o eleitorado, como setores da mídia.

Em outro trabalho, Medus (2005) discute o percurso da Geografia Eleitoral, destacando que os geógrafos políticos se dedicaram quase que exclusivamente, aos processos externos do Estado deixando de estudar os processos internos, como as eleições. As metodologias desenvolvidas com a utilização de métodos quantitativos na Geografia foram responsáveis pelo desenvolvimento de análises interna ao Estado, mais especificamente a formação de governos. Enquanto as abordagens críticas ou radicais na Geografia desenvolveram novos avanços na Geografia Eleitoral.

Destacan así, aspectos que no pueden ser resueltos desde el Paradigma Cuántico y que sí se tratan desde el Paradigma Crítico: pobreza, desempleo, prostitución, tráfico de armas, drogas, conformando las múltiples dimensiones del espacio, las desigualdades sociales que los geógrafos abordan en este fin de siglo (Geografía de las Desigualdades) y que se contraponen a la propuesta del espacio absoluto. Estas vertientes en Geografía, no pueden ser ignoradas en Geografía Electoral. Conforman un ingrediente insoslayable para la comprensión de la especialización del voto (MEDUS, 2005, p. 21).

A autora reconhece que a Geografia Eleitoral passou por um grande enriquecimento metodológico desde seu nascimento, vindo a

chamar de “coerente evolução”. Destacando os seguintes enfoques responsáveis por esta evolução:

El enfoque corológico implica cartografiar los resultados electorales para cada unidad electoral (distrito, circunscripción, circuito). El enfoque ecológico, propio de mediados del siglo XX, utiliza conceptos biológicos para comprender los datos cuantitativos, intentando obtener una relación cuantitativa entre los resultados electorales y otros hechos sociales de tipo económico y político. El enfoque sociológico es concretado por sociólogos que trabajan únicamente con datos individuales procedentes de encuestas de intención de voto. Finalmente, el enfoque de la Geografía del Comportamiento se diferencia del resto al ser aplicado a la Geografía Electoral. Aparece como una reacción a los otros enfoques, intentando explicar las causas de la variación espacial del comportamiento electoral, buscando lo que se llama causas profundas (MEDUS, 2005, p. 24-25 Grifo do autor).

Por fim, Medus (2005), ressalta a necessidade da busca de um método quali-quantitativo, tendo em vista que as demais metodologias utilizadas não respondem por completo o entendimento do comportamento eleitoral e os fatores atuantes e determinantes na sua formação. Urge considerar e construir metodologias que organizem quantitativamente as séries de dados obtidos durante as eleições, mas que também possam responder as questões dos processos eleitorais de forma qualitativa.

Os geógrafos espanhóis Trigal e Pozo (1999) afirmaram que:

El interés de la Geografía por los estudios del comportamiento humano, y en particular el comportamiento político, electoral, de los individuos cuando intervienen con su voto en el sistema político, enlaza con el desarrollo de la Geografía de la percepción y más extensamente de la geografía humanística, que coloca al individuo en el primer plano de observación y el análisis (TRIGAL E POZO, 1999, p.180).

O destaque dos autores é a importância dos eleitores no processo eleitoral, propondo uma Geografia Eleitoral que busca estudar o

comportamento dos eleitores e as relações dos fatores espaciais com o voto. No processo eleitoral, o cidadão desempenha um papel fundamental dentro do Estado com a oportunidade de participar do sistema político, através da escolha dos membros dos poderes executivos e legislativos. Trigal e Pozo (1999) inserem os fatores espaciais como preponderantes no comportamento eleitoral, propondo quatro efeitos estruturais que podem interferir na escolha do voto: (1) os efeitos de amigos e vizinhos, onde a informação oriunda de pessoas ou fontes próximas pode influenciar na escolha dos votos; (2) o efeito de proteção local, em que um determinado tema em uma eleição é mais importante para uma área do que para as demais; (3) efeito da campanha eleitoral, o qual reflete as ligações entre a direção da campanha e o resultado obtido em diferentes zonas; e (4) efeito de vizinhança, que busca explicar os motivos pelos quais determinados partidos obtêm melhores resultados em certas áreas.

O espaço é significativo no momento de determinação dos distritos eleitorais, onde a manipulação dos mesmos pode gerar predeterminada configuração na ocupação dos assentos políticos. A formação de um distrito eleitoral pode trazer benefícios ou prejuízos para determinados partidos, candidatos ou coligações. Trigal e Pozo (1999) argumentam que apesar do surgimento da Geografia Eleitoral ter ocorrido com as obras já citadas, sobretudo de A. Siegfried e C. Sauer, foi apenas nos anos de 1960 que houve uma continuidade, com ligação com elementos da Geografia quantitativa, alimentados por correntes de pensamentos neopositivistas e que preconizam o uso da linguagem matemática e o emprego de técnicas estatísticas.

A partir da década de 1960, a eleição tornou-se fonte de interesse e deu uma nova roupagem para a Geografia Política com a inserção das teorias quantitativas, a disseminação de recursos informacionais e a disponibilização de séries de dados eleitorais em diferentes países. Para Trigal e Pozo (1999), a Geografia Eleitoral dentro das teorias

quantitativas pode estudar as eleições a partir das seguintes linhas de trabalho:

a) La explicación de mapas que estudian las tendencias de voto en áreas concretas, lo que se denomina geografía del voto y que en la actualidad se centra, sobre todo, en el análisis estadístico comparada. La crítica a estos trabajos insiste en que el análisis del voto por áreas no tiene demasiada relación con el espacio y, por extensión, resultan prácticamente ajenos a la Geografía.

b) El papel de los factores espaciales en el comportamiento electoral. Los análisis estadísticos de los resultados electorales se sustituyen aquí por modelos de localización que hacen hincapié en el contexto espacial en el que se produce la votación, prestando atención a los procesos que pueden influir en el voto (el efecto de vecindario, el efecto de amigos e vecinos, etc.)

c) La delimitación de los distritos o circunscripciones electorales, que da origen a una geografía de la representación con resultados notables en los países que utilizan un sistema electoral mayoritario de mayoría simple como estados Unidos o el Reino Unido. (TRIGAL E POZO, 1999, pg.197).

Os autores destacam que devido à fragmentação das metodologias, a Geografia Eleitoral sofreu uma série de críticas em relação a sua colocação dentro da Geografia Política, levando com isso a necessidade da construção de novas abordagens. Assim, eles apresentam as ideias de Busteed (1975), o qual destaca três enfoques a serem dados para os fatos eleitorais: a análise estrutural, o ecológico e o behaviorista, na esteira da obra de Sanguin (1981).

No Brasil, a geógrafa Iná Elias de Castro (2005) apresentou uma descrição dos diferentes sistemas representativos utilizados nas democracias contemporâneas e como cada forma busca representar da melhor maneira toda a sociedade. Outro ponto importante da proposição da autora é em relação às possibilidades para a construção de uma análise geográfica do comportamento eleitoral.

Para Castro (2005), as instituições políticas são responsáveis pelo controle dos conflitos de interesses sociais. Assim é possível compreender o papel da eleição como momento da escolha do representante que trabalhará

politicamente em função de determinados interesses. Segundo a autora: “a partir da sua visão de mundo, da imagem do seu entorno e do seu cotidiano que o cidadão -tornado eleitor- dá respostas, através do voto, às decisões e ações políticas” (p. 159).

Na proposta, a autora advoga que o campo de análise da Geografia Eleitoral e demais ciências que estudam o comportamento eleitoral deve considerar: a estrutura socioespacial da população, o ambiente cultural e religioso, as tradições políticas, a escolaridade, a faixa etária, o gênero, a etnia e a legislação eleitoral. Em síntese, a perspectiva da Geografia Eleitoral colabora com as análises dos marcos espaciais que influenciam o ato de votar e o resultado eleitoral.

Neste sentido, tanto os sistemas eleitorais como os resultados das eleições podem ser analisados através do que apontamos como razões espaciais, ou seja, as muitas condições que no território cercam a existência humana, como a localização, a vizinhança, a densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos, etc. (CASTRO, 2005, p. 159).

Entre as possibilidades da Geografia Eleitoral, a autora coloca a criação dos limites territoriais dos distritos eleitorais como uma prática utilizada para o favorecimento de determinados partidos. A Geografia Eleitoral explicaria alguns processos que atuam diretamente nos processos eleitorais e especialmente no momento da eleição. Para Castro (2005), são quatro os efeitos espaciais que devem ser considerados como participante na formação do comportamento eleitoral, acompanhando a linha argumentativa de Sendra (1981), Trigal e Pozo (1999) e Taylor e Flint (2002): (1) O efeito dos amigos e vizinhos; (2) O efeito de proteção local; (3) Os efeitos da campanha eleitoral e; (4) O efeito de vizinhança.

Castro (2005b) destaca o importante papel da cartografia para os estudos eleitorais ao permitir o mapeamento tanto dos resultados eleitorais como dos fatores que interveem no ato eleitoral como uma ferramenta que possibilita uma distribuição e uma sobreposição dos

mesmos. Daí a abertura de possibilidades analíticas que combinam a representação cartográfica da distribuição dos votos ao longo do tempo como preconizado nos albores de sua formulação com a constante imbricação entre a sociedade civil em sua diversidade organizativa e o Estado, bem como o acompanhamento das ações dos partidos e dos eleitos em combinação com as transmutações do eleitorado.

Entre os autores, já analisados, e suas interpretações sobre os estudos eleitorais pela Geografia, fica evidente a limitação em relação à compreensão dos fatores ou agentes envolvidos em uma eleição. Abrindo passagem para novos caminhos que venham reconhecer a conexão entre as distintas etapas de uma eleição e sua relação com a política, situação suprimida em muitas abordagens.

4. A ANÁLISE SISTÊMICA: UM CAMINHO PARA A RENOVAÇÃO NA GEOGRAFIA ELEITORAL

Os geógrafos ingleses Taylor e Flint (2002) fazem uma análise sobre o papel da Geografia Eleitoral apresentando as divergências entre duas vertentes: uma que a considera o núcleo autêntico da Geografia Política e uma segunda vertente, que não a percebe como parte da Geografia Política, devido ao afastamento do Estado e do poder como temas centrais. Destacam os autores, que ocorreu o crescimento e o ápice da produção de estudos eleitorais com a revolução quantitativa na Geografia, porém, consideram problemas metodológicos que resultam na redução de sua capacidade interpretativa.

... pero en general la cantidad ha aventajado a la calidad, y muy pocos autores calificarían a la geografía electoral de “historia de un éxito”. Esto no es aceptable en un momento en que la extensión de las prácticas democráticas por todo el mundo ofrece alguna esperanza de humanizar la globalización (TAYLOR E FLINT, 2002, p.261).

Segundo os autores, durante a ascensão dos métodos quantitativos, muitos temas da Geografia Política foram deixados de lado, como a discussão sobre a formação das fronteiras entre os Estados. Enquanto isso, a Geografia Eleitoral ampliou a possibilidade para a produção científica com o surgimento de inúmeras séries de dados eleitorais em todo o mundo.

Quanto às metodologias, os autores consideram três formas: (1) a Geografia das votações; (2) as influências geográficas sobre o comportamento do voto; (3) as análises geográficas sobre as circunscrições eleitorais. As três possibilidades apresentadas foram criticadas por não estarem relacionadas à Geografia Política, pois elas possuem um fim em si mesmo, sem a possibilidade de continuidades ou ligações com outros eixos. “A pesar de todos los esfuerzos investigadores de los años setenta, la geografía electoral se había convertido en una subdisciplina aislada e inconexa” (TAYLOR e FLINT, 2002, p. 267).

Assim, Taylor e Flint (2002) defendem que a Geografia Eleitoral havia assumido um papel vazio e desconexo da Geografia Política. Daí indicam uma nova abordagem com a adoção de uma análise geral sistêmica, que segundo os autores, rondava a Geografia Política. A abordagem proposta por Taylor em 1978, é a inserção da teoria geral dos sistemas, como alternativa para a solução do problema. A teoria compreende que cada forma de estudo das eleições faz parte de um único sistema (Figura 1):

La geografía del voto y las influencias geográficas en el voto se convierten en el input o estímulo Del sistema; la geografía de la representación se convierte en el throughput o proceso intermedio; quedando los efectos geográficos de cuerpo legislativo o Del ejecutivo resultante como el output o resultado del sistema (TAYLOR E FLINT, 2002, p. 269).

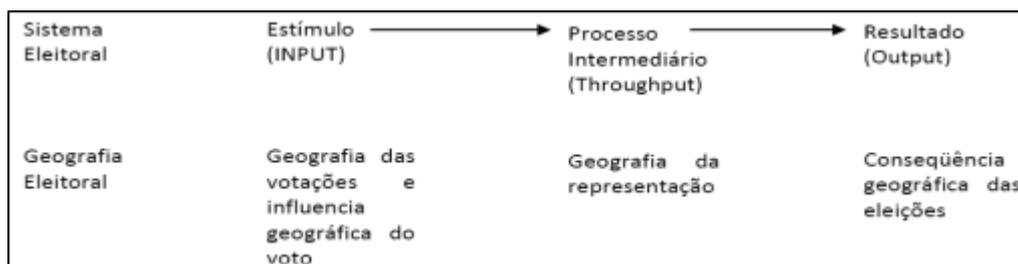
GEOGRAFIA ELEITORAL: UMA REVISÃO E POSSÍVEIS CAMINHOS

Figura 01 - Modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral. Fonte: Adaptação de Taylor e Flint, 2002, p.269..

A proposição sistêmica para a Geografia Eleitoral inclui a retroalimentação (feedback), desenvolvida por Johnston (1980 apud TAYLOR e FLINT, 2002), que seria a consideração dos atos políticos (projetos, leis, ações políticas e outras possíveis ações políticas durante uma legislação) como fator importante para os próximos processos eleitorais. Com o feedback, a Geografia Eleitoral não teria um esgotamento após o resultado final de uma eleição. A partir do final de uma eleição, o processo teria um novo começo, pois a influência sobre o voto estaria presente na atuação dos políticos eleitos e dos futuros candidatos durante todo o período que se apresenta novamente como eleitoral.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Geografia Eleitoral como uma possibilidade de análise das disputas de poder em cada formação social que consolidaram as múltiplas formas de organização e representação política é um campo com significativa trajetória e em construção na Geografia Política. A utilização de uma teoria sistêmica para a Geografia Eleitoral procura articular a localização espacial dos votos e o mapeamento dos atos políticos dentro de determinados recortes espaciais como respostas as urnas, através de uma análise espacial. Ou seja, permite compreender a materialização da ação política e como os votos dados aos candidatos ocasionam consequências espaciais para os eleitores com as ações e as limitações dos governos, dos parlamentos e dos complexos jogos das forças políticas dos diferentes grupos.

Segundo Taylor e Flint (2002) "Al abordar las elecciones como un fin en sí misma, se había olvidado casi por completo el verdadero objetivo de las elecciones: la formación de

cuerpos legislativos o gobierno." (p. 269). A abordagem sistêmica das eleições possibilitou três novas consequências. Em primeiro lugar, a Geografia Eleitoral superou o limite do momento das eleições, incorporando as etapas pós-processo eleitoral. Uma segunda consequência, é a atenção dada para uma parte do sistema (input). Por último a influência espacial sobre a escolha do voto parecia exagerada em relação às outras, com atenção a todos os momentos envolvidos no processo eleitoral e por último, conectou-se com a Geografia Política, por meio de uma análise dos processos políticos (output) e seu significado para a escolha do voto.

Entre os autores analisados, é possível reconhecer a necessidade de inserir de forma significativa o espaço e sua complexidade nos estudos eleitorais, reconhecendo um amplo campo de estudos políticos e sociais ainda pouco abordado na Geografia. A necessidade de reconhecer a importância da formação das circunscrições eleitorais, apesar estar ligado aos primeiros trabalhos da Geografia Eleitoral, é um tema atual, principalmente em países como o Brasil em que há sinais de esgotamento das bases presidem a organização do sistema eleitoral como as flexibilidades para a construção de alianças nas eleições majoritárias e proporcionais e a disparidade entre a representação máxima e mínima nos parlamentos, a população e o número de eleitores. O papel das informações a redor dos eleitores, nas escolhas eleitorais, ganha peso pela quantidade crescente de forma de comunicação entre partidos/políticos e eleitores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo histórico de consolidação da Geografia como ciência social em suas interlocuções com outros campos de

interpretação das diferentes formas de organização social, a Geografia Eleitoral tem sua gênese ligada à Geografia Política. Em sua trajetória, há a consolidação de sistemas eleitorais em diferentes Estados e a possibilidade de representar a manifestação dos eleitorados com base em determinados recortes espaciais que poderiam ser representados cartograficamente. A disponibilidade de meios informacionais e a evolução dos sistemas eleitorais garantiu a realização de estudos de Geografia Eleitorais com base em metodologias quantitativas.

A Geografia Eleitoral possuía um interesse centrado nas eleições sem realizar ligações com dois dos temas centrais da Geografia Política: o Estado e o poder. A leitura minimizava a principal função das eleições que é a de formar governos, os quais teriam o poder de controlar o Estado em suas diferentes esferas administrativas, por determinado período e entendido como um resultado e resultante de múltiplas determinações das disputas entre as classes sociais, suas frações e diferentes composições. Os diferentes autores apresentados no artigo, sistematizaram, algumas possibilidades da Geografia Eleitoral, convergindo sobre a importância das eleições para a formação de governos que atuam como eixos centrais do Estado, em que a participação da sociedade na escolha de determinados representantes é um dos momentos fundamentais da afirmação de uma democracia.

As metodologias oportunizadas pela corrente quantitativa da Geografia contribuíram para o desenvolvimento da Geografia Eleitoral, porém a falta de aprofundamentos de suas análises tornou frágil e superficial os seus resultados. Uma metodologia integrante (quali-quantitativa) tende a refinar a compreensão da participação dos processos espaciais no comportamento eleitoral.

Com base na síntese das possibilidades desenvolvidas pelos diferentes autores para os estudos da Geografia Eleitoral, é possível perceber semelhanças e as diferenças entre as proposições. No geral, os trabalhos analisados

mostram uma repetição das abordagens e das possibilidades para a análise geográfica das eleições, explicada pelas formas eleitorais, as disputas por cargos políticos e o comportamento dos recortes espaciais dos resultados eleitorais serem similares nas diferentes democracias estabelecidas e distribuídas pelo mundo.

A análise das circunscrições eleitorais faz parte dos estudos da Geografia Eleitoral desde o pioneirismo de Carl Sauer sendo recorrente nas outras proposições, que ressaltam que entre as funções da Geografia estaria à compreensão e a formação de recortes espaciais que melhor representam a sociedade para minimizar as diferenças do peso do voto entre eleitores de das circunscrições eleitorais. A maioria das pesquisas dedica-se a formação das circunscrições eleitorais, centrando-se na manipulação dos recortes espaciais para a obtenção de vantagens de partidos ou candidatos, no sentido de manipular seus limites para beneficiar um partido ou candidatos por meio da criação ou eliminação de um distrito eleitoral.

Uma das preocupações centrais da Geografia Eleitoral está vinculada a formação dos recortes territoriais, como forma de minimização das desigualdades na composição das estruturas populacionais e econômicas das diferentes circunscrições garantindo determinadas proporcionalidades. As correlações entre as características socioeconômicas e os resultados eleitorais constituem uma das primeiras abordagens que ensaiam a combinação de metodologias quantitativas com as qualitativas.

A proposição de uma análise sistêmica das eleições é uma alternativa para reconhecer a complexidade dos fatores envolvidos nos processos eleitorais. A metodologia permite estudar as eleições como um procedimento que inclui o período pré-eleitoral, as escolhas dos eleitores, o resultado do sufrágio e seus desdobramentos. A trama de uma eleição inviabiliza um seu completo entendimento, exigindo a união de diferentes abordagens como alternativa para compreender como o espaço contribui para a construção do comportamento eleitoral.

A abordagem sistêmica para a Geografia Eleitoral é compreendida como a possibilidade mais completa para a análise eleitoral, devido ao seu caráter integrador. Ao colocar os atores (políticos e eleitores) dentro do sistema é possível interpretar as suas relações. No modelo sistêmico, o eleitor é o ator central com comportamento ativo no processo político. Além disso, é possível constatar a relação existente entre os diferentes momentos que englobam não apenas o processo eleitoral, mas colocam a vida política dentro das instituições políticas, como participante da compreensão geográfica da democracia.

REFERÊNCIAS:

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CAPEL, H. S. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía**. 2ª ed. Barcelona: Serbal, 2012.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política Território, escalas de ações e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COX, K. **The spatial structuring of information flow and partisan attitudes** in: Dogan, M. y e Rokkan S.E. et.al. (edit.), *Quantitative ecological analysis in Social Science*, Cambridge, MA: MIT Press, 1969. p. 343-370.
- DÉBIE, F. **Géographie économique et humaine**. Paris: PUF, 1998.
- DORTIER, J. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GREGORY, D. et al. **The Dictionary of Human Geography**. 5ª Ed. London: Blackwell Publishing, 2009.
- HAYATI, D.; KARAMI, E.; SLEE, B. **Combining qualitative and quantitative methods in the measurement of rural poverty**. *Social Indicators Research*, v.75, p. 361-394, Springer, 2006.
- HOUAISS, A. VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.
- JOHNSTON, R.; GREGORY, D. e SMITH, D. (eds.) **Dicionário Akal de Geografia Humana**. Barcelona: Akal, 2000.
- JONES, A. **Human Geography: the basics**. London: Routledge, 2012.
- MATHEUS, J. & HERBERT, D. **Geography: a very short introduction**. N. York: Oxford UP, 2008.
- MEDUS, N. B. **Los Estudios Electorales en la Geografía**, Huellas, Santa Rosa. La Pampa Argentina, n°1, out. 1997, p. 9-25. Disponível em <http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/v01a02medus.pdf>. Acesso em: 07/10/2014.
- MEDUS, N. B. **La Geografía Electoral en la historia de la ciencia geográfica**. Anuario N°7. Facultad de Ciencias Humanas – UNLPam, 2005, p.15-32. Disponível em: http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/anuario_fch/n07a02medus.pdf. Acesso em: 04/10/2014.
- ROSIÈRE, Stephan. **Les acteurs géopolitiques**. Géographie politique & Géopolitique. 2ªédition. Paris: Ellipses Édition. 2007.
- SÁNCHEZ, J.E. **Geografía Política**. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 1992.
- SANGUIN, A. L. **Geografía Política**. Barcelona: Ed. Oikos-Tau, 1981.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SENDRA, J. B. **Geografía Electoral y elecciones en España**, *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, n°1, 1981. p. 285-293. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/AGUC/article/view/AGUC8181110285A>. Acesso em: 25/10/2014
- SENDRA, J. B. **Geografía electoral, Geografía política y Elecciones en España** –*Anales de Geografía de la Univ. Complutense*, N° 2. Ed. Univ. Complutense, 1982, p. 263-274. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2140278>. Acesso em: 25/10/2014.

SMALL, J. e WITHERICK, M. **Dicionário de Geografia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SMITH, G. Teoria política e geografia humana. In: GREGORY, Derek et al. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. Cap. 2, p. 65-89.

TAYLOR, P. e FLINT, C. **Geografía Política – Economía Mundo, Estado Nación y Localidad**. 2ª Ed. Madrid: Trama Editorial, 2002.

TRIGAL, L. L. e DEL POZO, P. B. **Geografía Política**. Madrid: Cátedra, 1999.

VALCARCEL, J. O. **Los Horizontes de la Geografía - Teoría de la Geografía**. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

VESENTINI, J. W. **Repensando a geografia política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual**. Revista do Departamento de Geografia (USP). São Paulo, n.20, p. 127-142. 2010.
other applications. Geneve, p.259. 1994.